



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 107/2017

Ao(s) 14 (catorze) dia(s) do mês de novembro de dois mil e dezessete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CÂMARA, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor LÚCIO HENRIQUE XAVIER LOPES, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a WL SERVIÇOS E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, situada na Rua 24, Lote 57, Loja 01, Polo de Modas, Guará II - DF, CEP 71.070-524, endereço eletrônico wl.wlservicos@gmail.com, telefone (61) 3301-1084, inscrita no CNPJ sob o n. 06.254.659/0001-50, e neste ato representada por sua Representante Legal, a senhora NILVA DE SOUZA CABRAL LOPES, residente e domiciliado em Brasília/DF, perante as testemunhas que este subscrevem, lavram a presente Ata, em conformidade com o processo em epígrafe, referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 107/2017, com a Lei n. 8.666/1993, com a Lei n. 10.520/2002, e com o Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80/2001, com o Regulamento do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado RSRP, aprovado pelo Ato da Mesa n. 34/2003, com o Decreto n. 7.892/2013, e com a proposta vencedora oferecida para os itens do objeto do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 107/2017, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

A finalidade da presente Ata é o Registro de Preços para prestação de serviços de impressão de imagens e textos em diversos tipos de materiais, por meio de plotagem, incluindo montagem e desmontagem, fornecimento, corte, dobra e instalação de chapas de acrílico, fornecimento de perfis magnéticos em borracha, de películas adesivas, de placas de policarbonato e confecção de peças cenográficas em MDF, de acordo com o quadro a seguir:

Item	Descrição	U	Marca	Modelo	Quant.	Valor unitário (R\$)
5	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM TECIDO SINTÉTICO VOIL	M2	Fênix	SPmidia	10	54,75
8	SERVIÇO DE PLOTAGEM EM VINIL ADESIVO FOSCO SOBRE PAINEL DE MDF CRU	M2	Averly	MG	100	78,50
12	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CHAPAS DE ACRÍLICO 6 mm	M2	Sta Clara	Sta Clara	10	375,40
15	CONFECÇÃO DE PEÇAS CENOGRÁFICAS EM MDF	M2	WL	3M	42	270,00
16	PERFIL MAGNÉTICO EM BORRACHA 12 mm X 2 mm	M	WL	3M	750	7,23



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS

ARP n. 107/2017
Pregão Eletrônico n. 107/2017
Processo n. 122.807/2016

19	PELÍCULA ADESIVA DE RETROPROJEÇÃO 1,52 m X 15 m	RL	Serilon	Serilon	1	1.516,60
20	PLACA DE POLICARBONATO COMPACTO 1025 mm X 3000 mm X 5 mm	PL	Serilon	Serilon	2	650,00
21	PLACA DE POLICARBONATO COMPACTO 1025 mm X 3000 mm X 8 mm	PL	Serilon	Serilon	2	1.029,00
22	PLACA DE POLICARBONATO COMPACTO 2025 mm X 3000 mm X 10 mm	PL	Averly	Serilon	2	1.949,00
TOTAL DA EMPRESA: R\$ 37.686,60						

Conforme art. 11 do Decreto n. 7.892/13, registram-se, no Anexo Único desta Ata, as empresas que aceitaram cotar os bens com preços iguais ao da proposta vencedora, para fins de composição do cadastro de reserva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ser efetuada por requisição da Câmara dos Deputados, mediante emissão de Requisição de Prestação de Serviços e Ordem de Serviço por fax ou e-mail, conforme modelo constante dos Anexos n. 6 e 7, respectivamente, do Edital do Pregão em tela.

Parágrafo primeiro – A signatária receberá a Requisição de Prestação de Serviços com o projeto detalhado do referido serviço anexado.

Parágrafo segundo – A signatária deverá encaminhar ao Órgão Responsável, por via impressa, por fax ou por meio eletrônico, o orçamento do serviço ou material solicitado na requisição, no prazo máximo de 4 (quatro) horas úteis, contado da hora da confirmação do recebimento da Requisição de Prestação de Serviços.

Parágrafo terceiro – O Órgão Responsável, após aprovar o orçamento, enviará a respectiva Ordem de Serviço com antecedência mínima de 80 (oitenta) horas úteis do horário previsto do evento para o qual serão prestados os serviços ou fornecidos os materiais.

Parágrafo quarto – A comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita em dia útil, até às 18h.

Parágrafo quinto – Local de execução dos serviços ou entrega e instalação: dependências da Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

Parágrafo sexto – Será de responsabilidade da signatária o fornecimento do material, a execução dos serviços de impressão e a montagem (colagem e fixação dos produtos e materiais necessários) e desmontagem de todo o material a cada evento.

Parágrafo sétimo – A montagem do material deverá estar concluída no prazo



constante da proposta da signatária, que não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao horário previsto para o início do evento.

Parágrafo oitavo – A desmontagem do material deverá ser feita e estar concluída no prazo constante da proposta da signatária, que não poderá ser superior a 8 (oito) horas, contadas do horário do término do evento.

Parágrafo nono – Caso, durante o evento, haja necessidade de reparação ou refazimento dos serviços, por uso de material indevido ou de má qualidade ou problemas na montagem, o Órgão Responsável comunicará o fato por fax ou e-mail à signatária, que terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para resolução das incorreções indicadas, contadas da comunicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRITÉRIO DE REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, nos termos do art. 13 do RSRP c/c o Capítulo VIII do Decreto n. 7.892, de 2013.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

A signatária terá seu registro cancelado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis, quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Câmara dos Deputados, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) houver razões de interesse público para o cancelamento.

Parágrafo primeiro – Em caso de cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – A signatária poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado, que venha comprometer a perfeita execução de suas obrigações.

Parágrafo terceiro – O Registro de Preços poderá ser cancelado ainda nas hipóteses previstas no artigo 126 do RPL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo primeiro – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo segundo – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da signatária de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.



Parágrafo terceiro – A licitante que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta, faltar ou fraudar com suas obrigações estipuladas neste Edital, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá, após regular processo de apuração de responsabilidade, ficar impedida de licitar e de contratar com a União, com descredenciamentos no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da Lei 8.666, de 1993, de acordo com o estabelecido nas alíneas de “a” a “d” do subitem 4.1 do Anexo 3 do Edital.

Parágrafo quinto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria nº 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sexto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – A signatária será também considerada em atraso se prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na proposta.

Parágrafo oitavo – Na hipótese de abandono da Ata de Registro de Preços, a qualquer tempo, ficará a signatária sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente da Ata de Registro de Preços, nele incluído o valor total do serviço requisitado e não realizado, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela Câmara dos Deputados ou recolhidos pela signatária à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de cinco dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo – Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas não justificadas ou se a Câmara dos Deputados julgar as justificativas improcedentes, poderão ser impostas à signatária, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, observados, sempre a reprovabilidade da conduta da signatária, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com a tabela constante do item 10 do Anexo 3 do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata poderá, durante sua vigência, ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e demais entidades por elas controladas, mediante prévia solicitação dirigida à Câmara dos Deputados, desde que



devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013 c/c o Ato da Mesa n. 34/2003.

Parágrafo primeiro – A signatária deverá ser consultada sobre a solicitação de adesão à Ata, observadas as condições nela estabelecidas, assim como, as estabelecidas neste Edital e na legislação relativa às licitações, manifestando-se sobre a possibilidade de atender às aquisições ou contratações adicionais, sem acarretar prejuízos às obrigações assumidas com a Câmara dos Deputados.

Parágrafo segundo – As aquisições ou contratações a que se refere esta cláusula não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados nesta Ata, ficando sua utilização sujeita à expressa anuência deste Órgão e concordância da signatária.

Parágrafo terceiro – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Parágrafo quarto – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela signatária das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a este Órgão.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VALIDADE

O prazo de validade improrrogável desta Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único – A signatária explicita o compromisso da manutenção dos preços registrados, pelo prazo de 12 (doze) meses, ressalvadas as hipóteses do art. 13 do RSRP c/c Capítulo VIII do Decreto n. 7.892/13.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O Edital e seus anexos, bem como a proposta da signatária, integrarão a Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento desta Ata.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam a presente Ata com 7 (sete) páginas na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 14 de novembro de 2017.

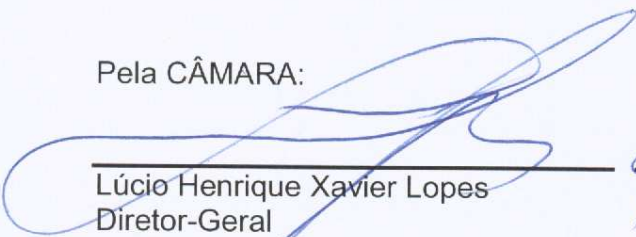


CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRAL DE COMPRAS

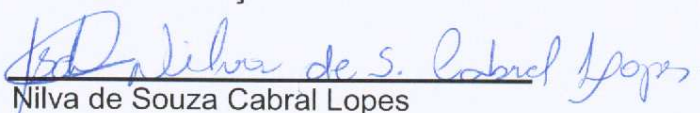
ARP n. 107/2017
Pregão Eletrônico n. 107/2017
Processo n. 122.807/2016

Pela CÂMARA:

Pela WL SERVIÇOS:



Lúcio Henrique Xavier Lopes
Diretor-Geral
CPF nº 357.759.121-87



Nilva de Souza Cabral Lopes
Representante Legal
CPF n. 647.467.711-20

Testemunhas:

- 1) Sabula Nequeiros da C. Pitta
2) Jornir Braz de Souza



ANEXO ÚNICO
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
DO CADASTRO DE RESERVA

Empresa que aceitou registrar os bens com preços iguais ao da proposta vencedora:

ITENS 20, 21 E 22

1. BR DISPLYS LTDA - ME, situada na Rua Itapetinga, n. 2860, bairro Santa Cruz, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.150-170, (31) 2515-6122, e-mail: licitacao@braspremium.com, inscrita no CNPJ sob o n. 42.941.690/0001-23 e neste ato representada por seu Representante Legal, o senhor Eduardo Antonio Pereira da Silva, CPF n. 028.682.646-11.